

DEPUTADO PEDRO GOMES
DEBATE DAS PROPOSTAS DE PLANO E ORÇAMENTO
PARA 2012 - POLÍTICAS DE SAÚDE
29NOV2011

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A Assembleia Legislativa debate as propostas de plano e orçamento para 2012 que expressam as opções económicas do X Governo Regional e encerrarão um prolongado ciclo de governação socialista.

Ao longo de quinze anos repetiram-se as escolhas perante novos problemas, confundindo sempre teimosia com persistência e rotina com capacidade de decisão.

O novo ciclo que o PS propõe para o futuro dos Açores não tem nada de novo. Ou melhor: tem tudo de velho. O anunciado “novo” protagonista

principal é um decantado governante, responsável na governação dos últimos quinze anos.

O seu discurso político confunde-se com a prática governativa.

A sua confessada ausência do debate político regional - desaparecido em longas viagens pelo estrangeiro - transforma-o num equívoco actor duma encenação política, em que desempenha um papel secundário.

A conclusão impõe-se: o Partido Socialista e o seu Governo nada mais podem oferecer aos açorianos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Há quinze anos, Álamo de Menezes, então Secretário Regional dos Assuntos Sociais, do primeiro Governo da responsabilidade do PS, no debate do plano e orçamento para 1997, afirmava que “na área da saúde temos como objectivo fundamental garantir a todos os açorianos um atendimento humanizado e com as condições de qualidade e de igualdade de acesso (...) Queremos reformular o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, redefinindo o seu modelo orgânico e funcional, aumentando a interligação entre as unidades de saúde que o integram. Queremos, com isto, racionalizar o sistema e melhorar a sua capacidade de resposta, reduzindo os custos através do aumento da produtividade”.

Os pressupostos então enunciados – com os quais o PSD concorda – não se concretizaram, vítimas da hesitação política, das sucessivas mudanças de titular da pasta da saúde e duma permanente incapacidade de aplicar uma política coerente, centrada nas pessoas e numa criteriosa gestão dos recursos públicos.

O PSD, com a legitimidade conferida pelos açorianos ao maior partido da oposição e com a legitimidade acrescida de ter viabilizado com o seu voto ou o seu apoio, instrumentos essenciais para a boa gestão do Serviço Regional da Saúde, como o estatuto do Serviço Regional de Saúde, a criação dos hospitais-empresa ou a introdução de taxas moderadoras, avalia as políticas e os resultados da governação na área da saúde, com particular exigência.

Ao Governo Regional não faltou apoio parlamentar da maioria que o suporta - e mesmo do PSD - para aprovar as opções legislativas essenciais na área da saúde.

Ao longo dos últimos trinta e seis anos, obtiveram-se, em muitos indicadores de saúde, assinaláveis ganhos, sem que se possa afastar a marca do insucesso na governação socialista.

Com a obrigação de obterem bons resultados, ao disporem de apoio político e de condições financeiras, os sucessivos governos regionais falharam.

Falharam na promoção dos cuidados primários de saúde.

Falharam no acesso justo, rápido e equitativo aos cuidados de saúde.

Falharam na humanização dos cuidados de saúde e no diálogo com os doentes.

Falharam na aplicação do modelo de organização que definiram para as unidades do Serviço Regional de Saúde.

Falharam na gestão do Serviço Regional de Saúde.

Em suma: erraram nas prioridades e nas escolhas.

Em quinze anos de governação - desde 1996 - a dívida do Serviço Regional de Saúde aumentou trinta vezes, atingindo 600 milhões de euros, como o PSD vinha afirmando há muito tempo.

A esta dívida acrescem as responsabilidades futuras, nomeadamente com parcerias público-privadas, no valor de 139 milhões de euros.

A pergunta que os açorianos fazem é esta: os ganhos em saúde justificam este nível de responsabilidades futuras e de endividamento?

Ao contrário do que foi afirmado já pelo Senhor Secretário Regional da Saúde e reafirmado ontem, na abertura deste debate, pelo Senhor Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, em 2012, infelizmente, não se atingirá o "equilíbrio económico do sector da saúde".

As medidas financeiras constantes do plano e orçamento para 2012 – e que merecem o apoio do PSD – são insuficientes para equilibrar o Serviço Regional de Saúde e estancar o seu crónico-subfinanciamento.

Para 2012, o PSD estima que o subfinanciamento se agravará, pelo menos, em 60 milhões de euros, considerando o nível de despesa de funcionamento do Serviço Regional de Saúde e a última auditoria realizada pelo Tribunal de Contas ao financiamento da saúde.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Uma saúde de qualidade para todos, impõe uma reforma cuidadosa e exigente do Serviço Regional de Saúde, assegurando o acesso de todos às prestações de saúde, dum modo humanizado e tendencialmente gratuito.

Para se atingir este objectivo, especialmente num tempo em que os gastos de dinheiros públicos devem ser especialmente criteriosos, há três grandes prioridades para o PSD.

A primeira é sanear financeiramente o Serviço Regional de Saúde, com a aplicação duma política de racionalização de despesa e de contenção de gastos, de combate ao desperdício e ao despesismo generalizado, com a efectiva responsabilização dos gestores das unidades de saúde, ao mesmo tempo que deve ser garantida transparência, certeza e previsibilidade na relação financeira da Região com as unidades de saúde.

A segunda prioridade é aumentar a cobertura dos cuidados primários de saúde, assegurando um médico família para todos, por recurso a novas contratualizações com médicos do sector público que aceitem aumentar as suas listas de utentes ou do sector privado que aceitem utentes do Serviço Regional de Saúde, mediante um preço de consulta convencionado.

Obter-se-ão, ainda, ganhos de eficiência e de prestação de cuidados de saúde com a reforma do funcionamento e gestão dos centros de saúde,

segundo um novo modelo, mais moderno e mais próximos das pessoas, otimizando o papel dos médicos, enfermeiros e técnicos de saúde.

A terceira prioridade é informatizar mesmo o Serviço Regional de Saúde, fazendo da informática uma poderosa ferramenta de gestão, pondo fim ao descalabro em que o processo de informatização se transformou até agora e no qual foram gastos seis milhões de euros.

Os açorianos merecem uma melhor saúde. Para isso é necessário adoptar novas políticas, com novos protagonistas.

No verso singular de Manuel Alegre, "já de esperar se desespera. E o tempo foge/ e mais do que a esperança leva o puro ardor".